

O acordo já divide os constituintes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O acordo preliminar que o Brasil fechou com os credores dividiu a opinião dos constituintes. Para o senador Roberto Campos (PDS-MT), "é muito positiva a reconciliação do Brasil com a comunidade financeira internacional". Mas, segundo o senador, os acordos só poderão ser realmente formalizados quando o País apresentar um programa de contenção dos gastos, "que passa necessariamente pela desregulamentação da economia e privatização das estatais".

Por sua vez, o senador Severo Gomes, (PMDB-SP) disse que não reconhece a validade do acordo, nem a obrigatoriedade de cumpri-lo, por ter sido uma iniciativa apenas do Executivo, e completou: "Se for eleito um presidente do PMDB, ele terá a obrigação de denunciar esse acordo".

A Comissão da Dívida Externa do Senado Federal deverá se reunir sexta-feira, para analisar o acordo que o Brasil firmou com os bancos credores. O relator da comissão, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) apresentará um documento com um balanço de todos os depoimentos feitos sobre a matéria. Fernando Henrique adiantou que no seu relatório vai destacar "a contradição do governo, que acabou partindo para uma negociação convencional, quando pregava justamente o oposto". E questiona: "Quando o governo errou? Ao fazer a moratória para não baixar as reservas, ou agora, que está pagando os juros com parte das reservas?".

Para o deputado Delfim Netto (PDS-SP), o acordo foi "bastante razoável". Segundo ele, "o mais importante é a nossa volta ao mercado financeiro internacional". O deputado disse também que "o acordo da dívida significa um bom começo para a retomada de investimentos no País", mas destacou que ainda são necessários alguns ajustes internos, "principalmente em relação aos cortes". O senador Albano Franco (PMDB-SE) também destacou "a importância da volta do País ao sistema financeiro internacional". Na sua opinião, o acordo não vai implicar medidas recessivas, "ao contrário, é um dos caminhos para a retomada dos investimentos".

O senador Roberto Campos disse também que "bastou o Brasil mudar sua atitude irracional, pois passamos meses insultando os bancos, para que obtivéssemos a solidariedade e conseguíssemos a redução do spread". Apesar dos protestos contra o acordo firmado pelo Brasil, o senador Fernando Henrique Cardoso, também considerou positiva a redução do spread (taxa de risco). Já o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse que, em termos financeiros e econômicos, o acordo "foi muito bom", mas considerou ser necessário analisar a parte política do compromisso firmado pelo Brasil, que inclui a ida ao FMI.